
DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

SITUACIONAL: UM INSTRUMENTO

PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Alberto de Souza Rossi, Margarete Panerai Araújo

Resumo: este artigo tem como objetivo principal a apresentação de um diagnóstico municipal situacional, elaborado e delimitado por indicadores alocados nas dimensões econômicas, sociais e político-ambientais. Via de regra, a seleção de técnicas deu-se por meio da busca de dados primários, com entrevista do tipo estruturada, e de dados secundários de diferentes instituições, medidos através de frequências, da razão, da proporção, da percentagem e de taxas. O resultado da pesquisa aplicada foi um modelo de análise municipal.

Palavras-chave: Desenvolvimento, diagnóstico, modelo de análise

Atualmente, a demanda por um viés adequado ao desenvolvimento faz-se cada vez mais presente. Esse tema, porém, não é novo. Ao longo da história, o homem busca formas de entender a sociedade e mecanismos que possam desvelar os seus problemas. Além disso, busca abordagens teóricas referentes ao que se denominou chamar de grau de desenvolvimento. Nos dias de hoje, nos estudos de globalização, reaparecem os processos de regionalização sociocultural que se caracterizam pela defesa dos recursos ambientais, buscando alternativas sustentáveis.

Conforme Castells (2002), um objeto da constituição de uma economia global é a mudança no rumo das estruturas descentralizadas e de redes em organizações econômicas, sociais e institucionais. Segundo Muller (1997), a globalização desencadeou um movimento denominado de competição, e formado através das dimensões social, política e cultural.

Nesse contexto, o artigo apresenta um quadro conceitual sobre o desenvolvimento e, posteriormente, a análise situacional do município de Novo Hamburgo, localizado no Vale do Rio dos Sinos. O diagnóstico municipal situacional desenvolvido contribuiu para a identificação de problemas, colaborou com o planejamento público e para a análise do desenvolvimento local e regional. Pode, também, subsidiar um futuro planejamento, pois é considerado uma excelente ferramenta, em comparação com o Estado e/ou com outros municípios.

O desenvolvimento de um determinado município, aparentemente, é alvo de preocupação junto às políticas governamentais e tem, tradicionalmente, se voltado, mais ao crescimento econômico. Para inverter essa preocupação, seria necessário alterar estruturalmente os processos e as formas do crescimento, pois se sabe que não é apenas o crescimento de medidas econômicas que garantem a mudança do conceito, segundo Boiser (1996).

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Vários são os teóricos chamados de desenvolvimentistas. Segundo Sachs (2004), essas teorias objetivam conceitos e explicações, métodos e propostas para alavancar melhorias tanto globais quanto locais. Assim, desde a década de 1970, o canadense Maurice Strong lançou um conceito de ecodesenvolvimento, com objetivo de se chegar a um programa de desenvolvimento, estabelecendo parâmetros, como as necessidades básicas. A preocupação com as futuras gerações, com a participação da população, com a preservação dos recursos naturais, com os indicadores sociais, com ênfase na educação, na segurança e nos meios culturais, representam um panorama de aplicação dos países subdesenvolvidos.

A abordagem desenvolvimentista, segundo Costa (1997, p. 245), constituiu inúmeros critérios, pelos quais as sociedades eram colocadas em um *continuum* que as identificava como “desenvolvidas”, “semidesenvolvidas” e “pré-capitalistas”. As nações que eram consideradas como pólos de dominação política e econômica passaram a estabelecer paradigmas ou determinar estágios superiores que deveriam chegar a todo e qualquer povo.

A própria Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)¹, criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), empregou o objetivo de desenvolver políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, reforçando, assim, suas relações econômicas com os países da área e os países do Caribe, bem como agenciando o desenvolvimento social e sustentável.

Na atualidade, a Cepal ainda vem procurando promover o desenvolvimento econômico e social, com a colaboração entre os países, ignorando as contribuições genéricas como um todo. A atividade desenvolvida por essa instituição ainda é efetivada através de categorias e unidades de serviços, como: estatísticas e projeções na área de desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento produtivo em empresas, desenvolvimento sustentável, assentamentos humanos, divisão de recursos naturais, infra-estrutura, planejamento econômico e social, unidade de estudos especiais, unidades de serviços de informações, biblioteca, sedes regionais e escritórios nacionais (CEPAL, 2006).

De acordo com Oliveira (2002), alguns alertas pontuais são lembrados na construção do termo desenvolvimento local. O autor sugere, em primeiro lugar, que o termo nem sempre é resultado da evolução de uma condição anterior de subdesenvolvimento, mas que oferece comparação entre as nações, ou mesmo regiões. Em segundo lugar, diz respeito à especificidade do assunto local e da classe brasileira, pois discute as questões do desenvolvimento, tendo como base outros países que obviamente são diferentes. Esse conceito vem sendo empregado como sinônimo de cooperação, de negociação, de convergência de interesses e de apaziguamento do conflito. “Assim, o local não se refere ao tamanho, mas abarca o conjunto de relações que existem em um determinado ambiente territorial” (SANTOS, 2002, p. 96).

Por desenvolvimento local, busca-se compreender as relações existentes em uma determinada região, considerando suas diferenças, não se referindo apenas ao seu tamanho. Assim, “o desenvolvimento local é um tema controverso e torna-se uma tarefa, no mínimo, difícil” segundo Caldas e Martins *et al.* (1997, p. 78).

Santos (2002) sugere que o conceito de desenvolvimento local seja analisado “de baixo para cima”, devido à capacidade de decidir sobre o desenvolvimento das elites econômicas, pois possui como ator principal a sociedade civil. Esse processo cria uma potencialidade para que a implicação econômica desses locais chegue ao domínio político e produza crescimento diferente das lógicas de exclusão. Para Becker (2000), o local se manifesta de onde vem o desenvolvimento humano, ou seja, “[...] locais são mais do que orçamentos e negócios. Eles abrangem pessoas, culturas, heranças, história, patrimônio físico e oportunidades” (KOTLER; HAIDER; IRVING, 1994, p. 5).

Por imediato, é importante reconhecer que não existem formas específicas de uma receita para o desenvolvimento local, pois o termo, conforme Moura (*apud* BECKER; WITTMANN, 2003), pode ser estadual, regional, municipal, distrital, entre outros, indicando um conjunto variado de práticas e de perspectivas que permitem evidenciar questões relacio-

nadas com os sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento dos seus atores e espaços de gestão. Através do desenvolvimento local, é fundamental outros tipos de comparação como com o espaço, a região e o território.

Por região, tem-se uma construção social que

[...] significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial (BOISIER apud BECKER e WITTMANN, 2003, p. 181).

Santos (2002) destaca que a região pode ser entendida como um subespaço do espaço nacional total, ou seja, um pedaço de um todo. Já o termo território significa pedaço de terra.

O desenvolvimento regional vem sendo muito comum, segundo Becker e Wittmann (2003), por ser um conceito de desenvolvimento que pode ser utilizado em qualquer conjunto econômico, e provocar preferências individuais e coletivas, baseado em um sistema de valores. Caso o conjunto econômico for de maneira simples (empresas ou setores produtivos), de preferência, empregar o conceito de crescimento.

Conforme Schumpetter (1985), desenvolvimento não é um fenômeno explicado através da economia, mas depende dela, pois é levado pelas mudanças do mundo à sua volta. Para isso, o conhecimento sobre o desenvolvimento pode contribuir com um conjunto de fatos que são descritos pela teoria. Sachs (apud (CAVALCANTI *et al.*, 2001, p. 31) descreveu uma nova forma de compreensão do desenvolvimento, através de seis aspectos, que seguem:

a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) os programas de educação.

Essa forma de compreensão identifica todas as possíveis necessidades que precisam ser atendidas para uma população viver. Segundo o autor, a população deve ser mais participativa, cobrando de si mesma e deixando de queixar-se apenas da administração local. Deve, também, envolver-se mais, atraindo resultados positivos para o futuro. Cavalcanti *et al.* (2001, p. 55) apresentam o conceito de desenvolvimento

a categoria desenvolvimento é proposta como insumo e produto do amor ao próximo, ao semelhante, mas move, sobretudo, o ser humano em favor do ser humano – o ‘amor ao próximo como a si mesmo’.

O autor revela que esse amor pode ser expresso de diversas maneiras, assim como o atendimento das necessidades humanas, necessário para a sua sobrevivência., como uma forma de criação de condições tendentes à produção do próprio ser humano durante sua existência. Becker e Wittmann (2003, p. 63) colaboram ao conceituar o desenvolvimento como uma “[...] função metodológica, [...] – trabalho, natureza e organização produtiva em si nas suas respectivas formas de mercadorias, força de trabalho ou recursos humanos, terra ou recursos naturais e dinheiro ou recursos monetários”.

Grande parte dos conceitos sobre o desenvolvimento objetiva, além do aumento de renda, a melhoria da qualidade de vida da população. Becker e Wittmann (2003) afirmam que essa sustentabilidade do desenvolvimento se refere às desigualdades no momento em que se observa e se age localmente, aproveitando as diferenças e o potencial de cada região.

Os processos de desenvolvimento também se diferenciam uns dos outros por obterem aspectos específicos, envolvendo atores e agentes com diversos interesses. Toda a análise realizada em função do desenvolvimento, por mais que seja aprofundada, será apenas uma contribuição situacional, parcial e exclusiva, sendo uma resposta aceitável para o momento, mas não valendo como um determinante suficientemente final. O que se pode concluir, diante do exposto, são algumas evidências, como:

[...] desenvolvimento é, sem dúvida, um conceito-chave, mas o seu conteúdo está em contínua transformação. Nos últimos 50 anos, o conceito esteve agregado aos mais diferentes adjetivos e, em função dessas relações, acabou incorporando diversos elementos além da dimensão puramente econômica. Por isso mesmo seus valores não são neutros, e, sim, dependentes de variáveis e preconceitos ideológicos (BECKER; WITTMANN, 2003, p. 70).

Becker e Wittmann (2003) salientam que o estudo de processos de desenvolvimento regional é medido através de análises de diferentes indicadores socioeconômicos e político-institucionais de um determinado território, comparados com parâmetros ou objetivos pré-estabelecidos. Assim, instrumentos metodológicos para o estudo de processos de desenvolvimento regional se baseiam na análise de diferentes indicadores de determinada

região ou regiões, confrontados com diversos parâmetros já estabelecidos anteriormente. A nova racionalidade do sistema capitalista implica na mudança dos paradigmas de desenvolvimento que, ao mesmo instante, como tendência, tem um outro lado: desenvolve a necessidade e o aparecimento de jovens teorias e diversos sonhos.

Tais idéias criam condições palpáveis para que a existência de diversos modelos e variedades dos processos de desenvolvimento aconteçam justamente a partir das necessidades e interesses locais. Cada localidade, comunidade, município, região, poderão escolher o processo de desenvolvimento que melhor lhes servir.

O desenvolvimento analisado de forma distinta do crescimento econômico compete com essa condição, na medida em que seus objetivos ultrapassam a riqueza material. Crescimento é um indicador indispensável, mas de maneira alguma satisfatório para almejar uma vida melhor e mais eficiente para todos. Sachs (2004) complementa essa análise ao afirmar que o desenvolvimento é um conceito multidimensional, e seus objetivos são sempre sociais e éticos (solidariedade sincrônica), mas, crescimento econômico é necessário devido ao seu valor instrumental.

O crescimento pode, no entanto, colaborar com o mau desenvolvimento e com o processo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), uma vez que é acompanhado de inúmeras desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescente.

A idéia de desenvolvimento trazida por Sachs (2004) implica na reparação de desigualdades passadas, designando uma vinculação capaz de preencher o abismo da civilização entre as antigas nações metropolitanas e a sua periferia colonial, entre as minorias ricas atualizadas e as maiorias ainda atrasadas e esgotadas dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento regional traz consigo a promessa de tudo, a modernidade como um todo, através das mudanças estruturais.

Para que o desenvolvimento de uma determinada região ocorra, é necessário, conforme Dallabrida (2000), um crescente processo de autonomia regional, identificada como sendo a capacidade para determinar seu próprio destino. Essa capacidade gerará a apropriação do excedente econômico gerado por ela, sustentabilizando seu crescimento, aumentando o movimento de inclusão social, implicando em uma melhoria na repartição da renda regional entre as pessoas e possibilitando a participação da população nas decisões.

Dallabrida (2000) estrutura esse processo através de uma imagem futura da sociedade e de seu ambiente. Sem o conhecimento detalhado dessa ima-

gem não existe maneira de encontrar um caminho a percorrer, uma vez que é necessário saber o que se quer, onde se quer chegar e com que finalidade.

Um dos conceitos utilizados por vários autores, como, por exemplo, Becker e Wittmann (2003), e também pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), é de que o desenvolvimento sustentável é o que “atende as necessidades do presente sem comprometer gerações futuras”. A referência a esse conceito é relativa às questões das necessidades básicas e dos recursos naturais.

O desenvolvimento sustentável é um conceito caracterizado por uma conotação extremamente positiva. Segundo o Banco Mundial, a Unesco e outras entidades internacionais, esse termo traz implícita a função de uma nova filosofia do desenvolvimento que reúne eficiência na dimensão econômica e social. Sustentável compõe a idéia de equilibrar-se, não cair, auto-alimentar-se. Segundo Sachs (2002), esse termo é utilizado para representar a sustentabilidade ambiental, mas a dimensão social deve estar sempre em primeiro lugar, por se destacar como finalidade última do desenvolvimento.

Cavalcanti *et al.* (2001) denunciam que, nos dias de hoje, o desenvolvimento vem se tornando insustentável, o que se justifica pois o homem está utilizando os recursos naturais de forma abundante, acima da capacidade necessária, tornando-os menos disponíveis para gerações futuras. Com isso, constata-se a idéia de que desenvolvimento sustentável “satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias” (SACHS, 2002, p. 72)

Para que haja desenvolvimento sustentável, o consumo deverá ser efetuado com mais rigidez, moderação e maior naturalidade, para os sistemas que interagem em conformidade com a natureza seguirem regras que respeitem, rigorosamente, os limites dos recursos sustentáveis. Seguindo essa reflexão sobre a sustentabilidade, é possível imaginar a conservação do nosso sistema de suporte da vida, desempenhando a função de obedecer às leis da natureza.

O tipo de desenvolvimento que o mundo conhece, nos últimos duzentos anos, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, é intolerável, pois as possibilidades de aproveitamento exigidas pelo desenvolvimento estão muito dependentes. Vários são os modelos metodológicos de planejamento de políticas que vêm tentando contribuir com o homem e estabelecer uma nova relação com a natureza, melhorando as condições de adaptação no meio natural.

É necessário lembrar que a constituição de uma sustentabilidade necessita levar em conta os avanços nos modelos e nas teorias científicas, uma vez que a insustentabilidade atual foi considerada quanto ao resultado inad-

quado da convivência com o meio ambiente. Esse quadro conceitual evidencia o papel do desenvolvimento sustentável enquanto um processo sistêmico. As características conceituais alertam sobre a necessidade de novos rumos para pensar em melhorias ambientais, sociais, econômicas, entre outras.

Os processos de análise de desenvolvimento tornam-se dispositivos essenciais para a investigação local e regional. Assim, os indicadores que oferecem suporte de análise são muitos e, portanto, devem ser delimitados para evitar imprecisões. O próximo item busca detalhar a utilização de alguns indicadores de desenvolvimento, com o objetivo de sistematizar um panorama local. Dessa forma, segue a análise de alguns indicadores no município de Novo Hamburgo.

DIAGNÓSTICO MUNICIPAL SITUACIONAL DE NOVO HAMBURGO

O município de Novo Hamburgo está situado no Vale do Rio dos Sinos e surgiu na primeira metade do século XIX, a partir da colonização germânica. Localiza-se a cerca de 40km da capital, Porto Alegre. Cidade brasileira pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul e é reconhecida no Brasil como a Capital Nacional do Calçado.

O que mais atraiu os imigrantes foi o crescimento do setor calçadista, destacando a cidade a partir da década de 1960 e, conseqüentemente, ocasionando inúmeros problemas sociais, devido ao crescimento desordenado da população. A cidade tornou-se um dos principais pólos do Vale do Sinos. Até os anos 1990, quase toda a indústria era formada pela cadeia produtiva coureiro-calçadista, fazendo com que, a partir da crise gerada pelo governo Collor, o município diversificasse sua economia, colaborando e incentivando outras atividades econômicas.

Mesmo que a crise dos anos 1990 tenha estagnado o crescimento populacional hamburguense, surgiram problemas mais graves para a cidade, como favelas, transporte insuficiente e deficiências na infra-estrutura. Novo Hamburgo conta hoje com amplo patrimônio histórico arquitetônico e de turismo. Promove, anualmente, uma das mais importantes feiras do setor calçadista: a Feira Internacional de Calçados e Artefatos de Couro (Fimec). Na dimensão social, estão associados indicadores pertinentes e de importância, como Educação e Saúde.

A sua extensão territorial é de 215,8km². O município de Novo Hamburgo possui uma densidade demográfica de 1.094,05 habitantes por quilômetro quadrado, possuindo uma população estimada, segundo o Ins-

tituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 257.285 habitantes, em 2005. Na área urbana, residem 98,58% da população, e o restante, sendo 1,42%, reside na área rural.

Novo Hamburgo vem ganhando sustentação nos mercados, principalmente após a sua emancipação em 1927. O município apresentou taxa de variação anual demográfica de 1,61% no período de 1991 até 2005. Essa taxa de crescimento anual foi de 0,45 pontos percentuais maior que o crescimento verificado no estado gaúcho no mesmo período. É também maior que a média da taxa anual brasileira, que é de 1,55%. No período dos anos de 1991 a 2005, a população do município experimentou um crescimento de 25,10%, enquanto o Estado obteve 17,63%. A variação da população no período analisado totalizou 51,62 mil habitantes.

Esse crescimento populacional faz com que o município ajuste, de maneira mais adequada, seu espaço físico, oferecendo melhores oportunidades de emprego e renda para a população. O que favorece isso é a criação e a expansão das empresas aptas à geração de produtos diversificados e competitivos, adquirindo valor agregado e atendendo aos mercados interno e externo.

Com uma produção acelerada, obtém-se aumento das receitas públicas, garantindo maiores níveis de investimentos econômicos, sociais e político-ambientais. Observa-se que uma localidade só consegue buscar seus níveis significativos se a cultura e os costumes forem preservados, sem afetar as diferenças existentes entre as etnias.

Educação

Novo Hamburgo contava com um total de 114 estabelecimentos do Ensino Fundamental e Médio no ano de 2005, sendo 57 municipal, 34 estadual e 23 privado. No Ensino Fundamental existem tanto as escolas municipais, como as privadas, totalizando 96 estabelecimentos. Já no Ensino Médio existem as escolas estaduais e privadas, totalizando no ano de 2005, 18 escolas.

O total de estabelecimentos do Ensino Fundamental apresentou, no período de 1999 a 2005, uma taxa de variação anual de 0,30% de estabelecimentos municipais; 2,82% estaduais e 1,34% de estabelecimentos particulares. Pode-se observar que Novo Hamburgo encontra-se com uma taxa de variação anual superior à encontrada no Estado do Rio Grande do Sul, que obteve taxas de variação anual, no mesmo período, de 4,68% – municipais; 0,89% – estabelecimentos estaduais e 10,7% – particulares.

Portanto, isso significa que o Estado vem diminuindo o crescimento de estabelecimentos em relação ao município.

Se comparado o total de matrículas do Ensino Fundamental com o Médio entre o município de Novo Hamburgo e o Estado gaúcho, percebe-se que o município possui uma fatia de 2,32% do total das matrículas do Estado.

O Ensino Fundamental de Novo Hamburgo continha 38,08 mil matrículas no ano de 2005, das quais participavam, com 54,48% no município, 35,29% no estado e 10,23% nas redes privadas.

Segundo a Secretária de Planejamento, “O Ensino Fundamental cresceu, fazendo o município atingir totalmente suas metas. A previsão de investimento está em torno de oito novas escolas. As escolas são informatizadas” (MOSSMANN, 2006).

O Ensino Médio, no mesmo ano, continha 10,64 mil matrículas, das quais 65,03% são de responsabilidade do Estado e 34,97 são privadas. No Rio Grande do Sul, existem 468,19 mil matrículas, representando 1,36% municipal; 86,35% estaduais e 12,08% privadas. A análise da taxa de variação anual do período de 1999 a 2004, aumentou em comparação à taxa do Estado.

No município, o Ensino Médio, em 2004, formou 2,01 mil concluintes, representando 47,38% na rede estadual e 52,62% na privada. O Estado gaúcho formou, no mesmo ano, 85,98 mil alunos, sendo 1,16% na rede municipal; 80,15% na estadual e 18,69% na privada. Analisando a taxa de variação anual do período de 1999 a 2004, pode-se perceber que Novo Hamburgo é um município significativo em relação ao Estado nos concluintes do Ensino Médio estadual, representando 5,18%, enquanto o Estado apresenta 2,73%.

Mossmann (2006) salienta que

O governo Federal lançou o EJA – Educação de Jovens e Adultos, fazendo o município alcançar bons resultados. Em torno de 1.500 alunos participam do EJA, alavancando o desenvolvimento educacional. Também tem o Pró-jovem, mas é difícil manter esses alunos matriculados, pois não podem trabalhar. A idade limite é de 18 a 22 anos. Esses indicadores são indispensáveis para melhorarmos a taxa de analfabetismo.

Quanto ao número de professores, o município efetivou em torno de 100 deles. A Secretária do Planejamento, Mossmann, diz que a população tem percebido tanto a melhoria das condições nas escolas, como na informatização. Outros fatores considerados importantes são as condições

físicas, canchas de esportes, previsão de vários espaços esportivos, que representam um bom investimento e retorno nessa área educacional.

Dados da Saúde

Em Novo Hamburgo, o ano de 2004, apresentou 1,42 mil óbitos por residência, contados segundo o local de residência do falecido. No Estado, existiram, para esse mesmo ano, cerca de 72,24 mil óbitos. A taxa de crescimento anual para o município foi de 0,67% e, para o Estado, de 0,65%. Nota-se que o Estado está com uma taxa menor de crescimento, representando menos óbitos por residência, se comparados ao município.

Atualmente, existem no município dois hospitais, sendo um particular e um municipal. Novo Hamburgo destacou-se pela conquista de municipalizar uma instituição hospitalar, a qual anteriormente pertencia ao Estado. É importante observar que um dos hospitais atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Existem o Pronto Atendimento de Saúde (PAS) e as Unidade Básica de Saúde (UBS), com atendimento 24 horas por dia, para problemas básicos de saúde. Se não for suficiente a estrutura, o paciente é transferido para o hospital municipal. O município apresenta, “[...] UBS, porém há uma deficiência na parte de Recursos Humanos, médicos e enfermeiros. Cerca de 60% é terceirizado” (MOSSMANN, 2006).

Na saúde, o Plano Plurianual (PPA) para os exercícios de 2006 a 2009 prevê um aumento do número de leitos no Hospital Municipal de Novo Hamburgo (HMNH). Segundo a Secretária de Planejamento, a prefeitura tem projeção para 100 novos espaços, um investimento total de R\$4,4 milhões, incluindo a contratação de novos profissionais. Está prevista ainda uma série de reformas nas Casas de Saúde, o Plano estima também a reformulação das Unidades Básicas de Saúde nos bairros, ou seja, capacitá-los para um melhor atendimento. O município investirá cerca de R\$ 4,2 milhões nos próximos quatro anos a contar de 2006.

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a necessidade de leitos para um município é de 4/1.000 habitantes, e o parâmetro utilizado pelo SUS, segundo a Portaria 3046/82, estipula 2,32 leitos por mil habitantes.

Segundo o Ministério da Saúde, o município conta com 98 leitos públicos e 398 leitos privados, totalizando 496 leitos. Existe aproximadamente 1,9 leito por mil habitantes, estando portanto, abaixo do nível exigido pela OMS.

Quanto às doenças do município, a vigilância sanitária é o órgão responsável pelo controle das epidemias. Esse setor encontra-se bem estruturado, recebendo constantes incentivos do Governo Federal. As equipes estão, constantemente, realizando suas atividades nas ruas.

O município uniu-se ao projeto Salvar, objetivando o atendimento de urgências médicas composto por uma rede de profissionais de saúde, ambulâncias e hospitais da Região Metropolitana. Foram entregues ao município três UTIs móveis e uma viatura de apoio rápido, aumentando a estrutura.

Dimensão Econômica

Essa dimensão caracteriza a situação econômica do município de Novo Hamburgo, para que a população local e os gestores públicos possam utilizar os dados para a formulação de novas estratégias, permitindo oferecer melhorias na qualidade de vida no município. O atual momento situacional acontece com variáveis microeconômicas e macroeconômicas, fundamentais para entender a real situação de crescimento local.

O Produto Interno Bruto e PIB per capita do município e do Estado do Rio Grande do Sul, poderá ser observada a taxa de crescimento assim como a participação e suas variações. Novo Hamburgo possui um PIB total de 2,9 bilhões no ano de 2003, sendo esse índice um dos mais elevados, se comparado aos demais municípios da Associação dos Municípios do Vale dos Sinos (AMVRS).

Tabela 1: PIB Real de Novo Hamburgo – 1996, 1999 e 2003 (a preços de mercado do ano 2003) (em milhões de R\$)

Localidade	1996	1999	2003	Taxa Variação Anual (%) 1996-2003
Novo Hamburgo	2.830,66	2.877,92	2.949,09	0,59
Total AMVRS	10.356,32	10.293,40	9.884,67	-0,66
Rio Grande do Sul	103.417,06	112.375,13	128.039,61	3,10

Fonte: FEE: Fundação de Economia e Estatística (2006)

Os valores foram corrigidos pelo deflator calculado pela FEE dos anos, conforme apresentados nas tabelas. Essa variável poderá influenciar significativamente o aumento do PIB.

Está sendo desenvolvida uma fábrica modelo com a participação da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abrameq), com máquinas modernas, realizando cursos profissionalizantes, tentando resgatar o município, conhecido como a capital do calçado (MOSSMANN, 2006).

A taxa de variação real média anual do PIB do município de Novo Hamburgo foi de 0,59%, ficando abaixo da média anual do PIB Estadual, que foi de 3,10%.

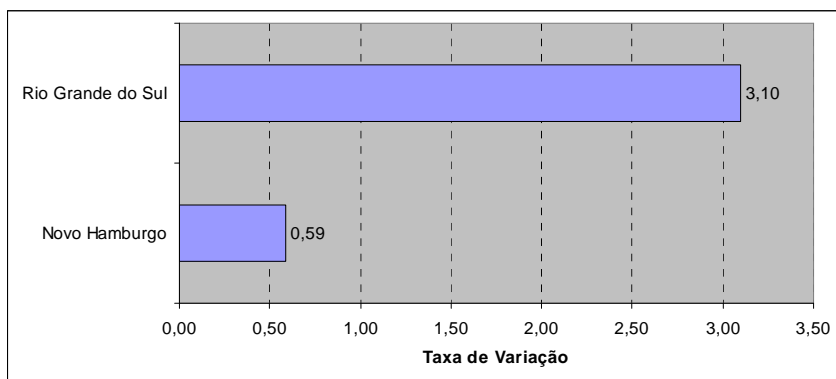


Figura 1: Taxa de Variação Real do PIB do Município e do Estado no período de 1996-03. Fonte: Tabela 1.

A participação de Novo Hamburgo no PIB total do Rio Grande do Sul, no ano de 2003, foi de 2,30%, enquanto a Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos foi de 7,72%. Essa participação vem caindo nos últimos anos. Pode-se perceber que essa queda de variação em pontos percentuais que apresentou (0,43%a.a) para Novo Hamburgo é menor que a média de variação em pontos percentuais dos municípios da AMVRS (2,29%a.a) no período de 1996 a 2003. O município perdeu menos participação do que os municípios da Associação.

Tabela 2: Participação de Novo Hamburgo e da Associação dos Municípios no PIB total do Rio Grande do Sul – 1996, 1999 e 2003

Localidade	1996 (%)	1999 (%)	2003 (%)	Varição PP 1996-2003
Novo Hamburgo	2,74	2,56	2,30	-0,43
Total AMVRS	10,01	9,26	7,72	-2,29

Fonte: elaborada com base nos dados da Tabela 1.

Comparando as taxas de variação anual nos períodos de 1996-1999, Novo Hamburgo perdeu 1,42%, uma vez que a taxa da variação anual do seu PIB per capita, assim como a da AMVRS (2,36%), demonstra que o Estado gaúcho apresentou um leve crescimento de 1,64%. No período de 1999-03, o município de Novo Hamburgo aumentou 0,03% de seu PIB per capita, ficando, ainda, abaixo da média do Estado gaúcho, enquanto a AMVRS perdeu (3,02%).

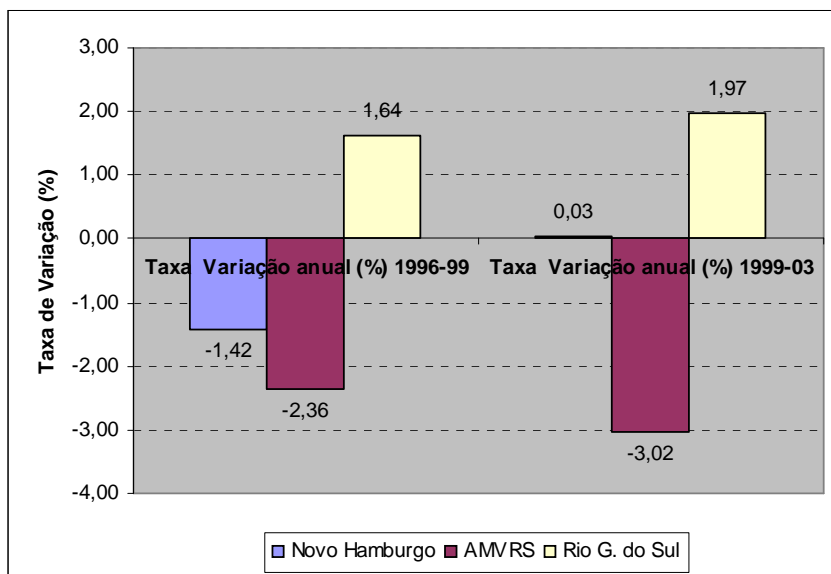


Figura 2: Comparação da Taxa de Variação do PIB per capita

Fonte: elaborada com base nos dados da Tabela 1.

Graficamente, observa-se que os municípios da Associação dos Municípios do Vale decrescem consideravelmente, enquanto Novo Hamburgo e o Estado apresentam um crescimento razoável, em vista dos anos anteriores, no período de 1999-2003.

O setor primário de Novo Hamburgo foi representado, em 2004, por um total de 68 estabelecimentos agropecuários, que garantem, no mesmo período, 99 empregados, com uma remuneração média mensal do total de trabalhadores de 339,60 salários mínimos. Existia, em média, 1,46 empregados por estabelecimento, no ano de 2004.

Os estabelecimentos vêm crescendo significativamente, se comparados ao Estado, mas ainda representa muito pouco da economia. Percebe-se uma taxa de crescimento de 7,20% a.a no município, enquanto no Estado encontra-se uma taxa de crescimento de apenas 1,18% a.a. Portanto, os dados do município de Novo Hamburgo podem ser considerados relevantes quanto aos aspectos que dizem respeito ao setor agropecuário.

Tabela 3: Estabelecimentos Totais da Agropecuária do Município de Novo Hamburgo e do Estado do Rio Grande do Sul – 1996, 1999 e 2004

Localidade	1996	1999	2004	Taxa Variação 1996-2004
Novo Hamburgo	39	36	68	7,20
Rio Grande do Sul	22.115	20.344	24.289	1,18

Fonte: MTE (2006).

O número total de empregados da agropecuária no município cresce consideravelmente, comparando-o com o Estado do Rio Grande do Sul. Esse setor participa com uma fatia de 0,13% e o Estado, com 3,40%, com uma maior participação frente ao município. A taxa desse indicador de variação anual entre 1996 a 2004 foi de 6,91%, enquanto para o Rio Grande do Sul foi de 0,08%, fazendo com que o município se destaque frente ao Estado.

A remuneração média mensal do total de trabalhadores em salários mínimos do setor agropecuário obteve uma taxa de variação anual entre 1996 a 2004 de 11,71%, bem maior do que a do Estado que foi 1,56%, apresen-

tando-se negativa. Novo Hamburgo participou com uma fatia de 0,09% da remuneração da agropecuária, comparada com os demais setores do município. Assim, os períodos de 1996 até 2004 garantem uma fatia significativa do município.

O setor secundário, o qual está dividido em indústria e construção civil, de Novo Hamburgo, incluía, em 2004, 3.978 estabelecimentos, sendo 3.584 para indústria e 394 para a construção civil, empregando um total de 40.179 trabalhadores, sendo, 36.609 na indústria e 3.570 na construção civil, com uma remuneração média mensal do total de trabalhadores de 179.204,54 salários mínimos, considerando apenas o mercado formal. Existiam, em média, 10,1 empregados por estabelecimento, no ano de 2004, nesse setor analisado.

Os estabelecimentos da indústria e da construção civil cresceram significativamente no período analisado. Percebeu-se uma taxa de crescimento anual de 5,77% no município, enquanto o Estado proporcionou uma taxa de crescimento de 4,12% a.a. Desse modo, Novo Hamburgo é considerado um município evolutivo nos aspectos que dizem respeito ao setor da indústria e da construção civil, conforme mostra a taxa de variação anual dos anos de 1996 a 2004. Ver Tabela 4.

Tabela 4: Estabelecimentos Totais do Setor Secundário do Município de Novo Hamburgo e do Estado do Rio Grande do Sul – 1996, 1999 e 2004

Localidade	1996	1999	2004	Taxa Variação 1996-2004
Novo Hamburgo	2.539	1.698	3.978	5,77
Rio Grande do Sul	68.823	36.784	95.094	4,12

Fonte: MTE (2006).

A Secretaria de Indústria e Comércio, em contato com as empresas, tenta resgatar a queixa dos empresários e conquistá-los. A emissão de alvarás é realizada periodicamente e, hoje em dia, os impostos, como ISSQN, podem ser pagos através de boleto bancário impresso pela *Internet*.

Na construção civil, o que impediu um pouco o crescimento foi o Plano Diretor. O número total de empregados da indústria e da construção

civil do município diminuiu consideravelmente, comparando-o com o do Estado. Esse setor participou com uma fatia de 53,34%, e o Estado participou com 32,90%, sendo o município com maior participação frente ao Estado. A taxa desse indicador de variação entre 1996 a 2004, para Novo Hamburgo, foi de 2,85% a.a, enquanto para o Rio Grande do Sul foi de 3,01% a.a, destacando o Estado em relação ao município.

A remuneração média mensal do total de trabalhadores em salários mínimos nacionais da indústria e da construção civil obteve uma taxa de variação anual entre 1996 a 2004 de 5,24%. Essa taxa foi maior que a do Estado gaúcho, que foi 0,59%, apresentando taxa de variação anual negativa. Novo Hamburgo participou com uma fatia de 48,39% da remuneração média mensal do total de trabalhadores em salários mínimos da indústria e da construção civil, comparando com os demais setores do município, no período analisado.

O setor terciário, o qual está dividido em comércio e serviço, incluía, em 2004, 13.860 estabelecimentos, sendo 7.442 para o comércio e 6.418 para o serviço, empregando 35.043 trabalhadores, 12.977 no comércio e 22.066 para o serviço, com uma remuneração média mensal do total de trabalhadores de 190.776,53 salários mínimos nacional, considerado apenas o mercado formal. Existiam, em média, 2,53 empregados por estabelecimento, no ano de 2004, nesse setor analisado.

Os estabelecimentos de comércio e de serviço apresentam 0,90 pontos percentuais, em comparação ao Estado. Percebe-se uma taxa de crescimento de 6,96% a.a. no município, enquanto o Estado proporciona uma taxa de crescimento anual de 6,06%. Portanto, Novo Hamburgo foi considerado com uma taxa anual satisfatória nos aspectos que dizem respeito ao setor do comércio e de serviço. Ver Tabela 5.

Tabela 5: Estabelecimentos Totais do Setor Terciário do Município de Novo Hamburgo e do Estado Rio Grande do Sul – 1996, 1999 e 2004

Localidade	1996	1999	2004	Taxa Variação 1996-2004
Novo Hamburgo	8.091	4.087	13.860	6,96
Rio Grande do Sul	330418	135.017	529.146	6,06

Fonte: MTE (2006).

O número total de empregados do comércio e de serviço do município aumentou, comparando-o com o Estado gaúcho. Esse setor participou com uma fatia de 46,52%, inferior a do Estado, com 63,71%. A taxa de variação anual entre 1996 a 2004, para o município, foi de 4,78%, enquanto que, para o Rio Grande do Sul, foi de 3,18%. A taxa foi superior à verificada no Estado.

A remuneração média mensal do total de trabalhadores em salários mínimos do comércio e de serviço alcançou uma taxa de variação anual entre 1996 a 2004 de 5,09%, maior que a do Estado gaúcho que foi de 0,86%, e apresentou taxa de variação anual negativa. Novo Hamburgo participou com uma fatia de 51,52% da remuneração média mensal do total de trabalhadores em salários mínimos do comércio e de serviço, comparando-se com os demais setores do município.

Em comparação ao Estado, o setor terciário participa com 2,45% da remuneração média mensal do total de trabalhadores em salários mínimos.

De um modo geral, constata-se, através do gráfico, que dos setores de economia do município o setor terciário encontra-se com uma fatia maior, representando 77,4% das atividades econômicas encontradas, enquanto 22,22% e 0,38% representam os setores secundário e primário, respectivamente.

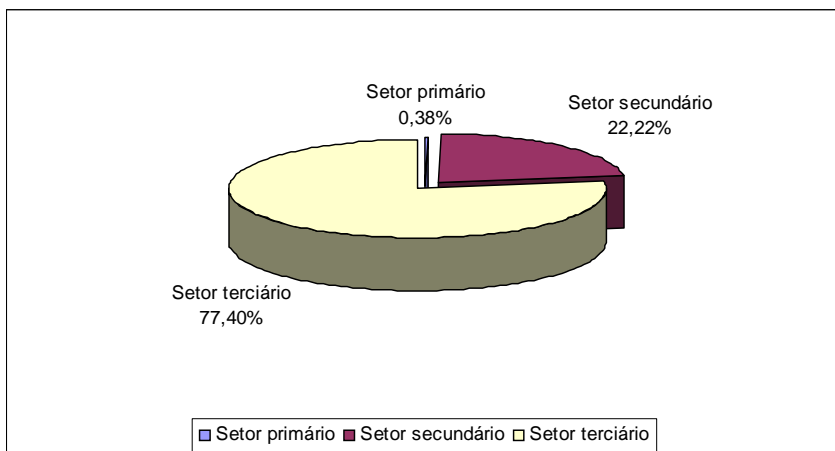


Figura 3: Participação Setorial das Atividades do Município de Novo Hamburgo
Fonte: MTE (2006)

Analisando as exportações² totais de Novo Hamburgo em 2005, constatou-se que foram enviados para o exterior US\$ 311,2 milhões de dólares. O município foi o que mais obteve êxito no comércio internacional no período analisado de 1997 a 2005, alcançando uma taxa de variação anual de 6,61%. O principal produto exportado por Novo Hamburgo, em 2005, foi calçados de couro, com uma participação de 49,07%, representando quase a metade de todos os demais produtos que o município exportou. As exportações representaram 26,02%³ do Produto Interno Bruto, no ano de 2003.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Há algum tempo, a ONU estabeleceu critérios para avaliar o bem-estar de uma população e para classificar os países, estados ou municípios, não apenas pelo tamanho de seu PIB per capita. Conforme o Atlas da ONU, o progresso humano e a evolução das condições da qualidade de vida das pessoas não podem ser medidos somente por sua dimensão econômica.

Em função disso, o IDH⁴ foi criado, no início da década de 1990, para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tal criação foi uma contribuição que combinou três componentes básicos ao desenvolvimento humano.

O município, no Índice de Desenvolvimento Humano, em 1991, encontrava-se em nível considerado de Médio Desenvolvimento Humano. Em 2000, conforme os dados do censo da tabela a seguir, o IDH foi de 0,809, média essa classificada, segundo a ONU, como de Alto Desenvolvimento Humano. Esse índice sofreu uma variação positiva de 0,051 do ano de 1991 a 2000.

O IDH referente à renda de 1991 e de 2000 foi 0,732 e 0,769, respectivamente, sofrendo uma variação de 0,037. O IDH referente à longevidade, de 1991 e de 2000, foi de 0,732 e 0,735, respectivamente, sofrendo uma variação de 0,02. O IDH responsável pela educação, de 1991 e de 2000, foi de 0,811 e 0,906 respectivamente, tendo 0,095 de variação. Pode-se perceber que, apesar do município estar com um índice alto de desenvolvimento humano, encontrou-se abaixo da do Estado, em todos os itens citados, superando apenas na educação, cujo índice foi de 0,906 em comparação a 0,904 para o Estado, conforme Tabela 6.

Pode-se observar que, em 1991, o IDH de Novo Hamburgo era maior que o do Estado, diminuindo no ano de 2000. Novo Hamburgo localiza-se, no ranking, na 394^a posição do IDH, comparando-o com os demais municípios brasileiros.

Tabela 6: Índice de Desenvolvimento Humano – 1991-2000

Localidade	IDHM 1991	IDHM, 2000	Varição	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	Varição
Novo Hamburgo	0,758	0,809	0,051	0,732	0,769	0,037
Rio Grande do Sul	0,753	0,814	0,061	0,702	0,754	0,052

Localidade	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	Varição	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	Varição
Novo Hamburgo	0,732	0,752	0,02	0,811	0,906	0,96
Rio Grande do Sul	0,729	0,785	0,056	0,827	0,904	0,77

Fonte: PNUD (2006)

Dimensão Política

Com os dados da dimensão do perfil político do município de Novo Hamburgo, verificou-se o quadro de eleitores existentes e os percentuais de votos das eleições dos candidatos a prefeito e a vereadores do ano de 2004. A análise baseou-se na mensuração do perfil da política hamburguesa.

Conforme o Tribunal Regional Eleitoral, Novo Hamburgo comporou um total de 14 vagas para vereadores, sendo ocupadas por vários partidos. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral, até no mês de setembro de 2006, havia um total de 168,53 mil eleitores, sendo 48,16% do sexo masculino; 51,84% do feminino, 2,43% analfabetos e 1,67% de eleitores menores.

Dimensão Ambiental

Essa dimensão disponibilizou informações referentes à reciclagem do lixo e ao saneamento básico de Novo Hamburgo. Foram investigados os órgãos competentes e os meios que procuram consolidar suas políticas ambientais. Foram apresentados alguns projetos subsidiados pelos departamentos da Secretaria do Meio Ambiente do município. Entre eles, o sistema municipal do Meio Ambiente de Novo Hamburgo é composto pelo Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente (Compam), Secretaria

Municipal do Meio Ambiente (Seman) e demais secretarias municipais e órgãos da administração pública. O Compam é o órgão superior do sistema, responsável pelo acompanhamento da implementação da Política Municipal do Meio Ambiente. Tem por objetivo ainda hoje assessorar o Executivo Municipal nas questões ambientais. A Seman é composta de duas diretorias: a Diretoria do Licenciamento e Controle Ambiental (DLCA) e a Diretoria do Verde (DV).

A DLCA tem como responsabilidade a gestão dos lixos, recursos hídricos e os resíduos. Existem alguns projetos permanentes nesse departamento, entre eles: Gerenciamento da Destinação Final do Lixo Doméstico, responsável pela diminuição dos impactos ambientais decorrentes dessa atividade e pelo estudo de novas áreas para a disposição final adequada dos resíduos domésticos; Monitoramento dos Recursos Hídricos, responsável em monitorar a qualidade dos recursos hídricos do município e executar programas e projetos de recuperação e saneamento ambiental.

A DV tem a característica básica de preservar o meio ambiental, sendo responsável pelas espécies de plantas e árvores. Desenvolve vários projetos e programas como: Arborização Urbana (elementos vegetais dentro da cidade), com o objetivo de desenvolver campanhas educativas sobre arborização e conservação; Ecologia de Áreas Alagáveis: Banhado do Rio dos Sinos – tem por objetivo a diminuição dos impactos ambientais causados por habitações em locais inadequados; Jardim Botânico Municipal – objetiva a ampliação da produtividade de mudas, visando à sustentabilidade das atividades, entre outros projetos.

A reciclagem e compostagem dos lixos do município estão localizadas em um bairro do município. Foram criadas com recursos da própria prefeitura, favorecida pelo Programa Compensatório Sócio-Econômico da Petrobrás pela passagem do Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). Novo Hamburgo adotou essa alternativa considerável ao ambiente, mudando e aperfeiçoando radicalmente a melhoria dos procedimentos de separação do lixo, o que permite a qualificação da reciclagem dos resíduos. Além da atualização no aspecto da reciclagem, os mais de 100 funcionários se beneficiaram pela melhoria nas condições de trabalho. A estrutura acompanhou um prédio de 1.200m² de área, piso de concreto, contendo duas esteiras rotativas que separam o lixo, o que permite maior eficiência na triagem dos materiais.

Os coletores de lixo do município ficaram por responsabilidade da empresa Vega Engenharia Ambiental Ltda., responsável pelo recolhimento diário e descarregamento dos resíduos no estabelecimento do Centro de Reciclagem, empresa terceirizada. Os funcionários da reciclagem pertencem

cem a uma Cooperativa, a Cooprel Ltda.; que classifica os materiais, separando os recicláveis, entre eles vidros, metais, papel, entre outros, dos resíduos orgânicos e, depois, encaminhando para o aterro sanitário. A tecnologia comporta prensas hidráulicas que ajudam a diminuir o volume de fardos de papel, plásticos e papelão. Depois de acondicionados, os materiais são destinados às empresas compradoras. Os resíduos líquidos são tratados em lagoa de tratamento, mantidos os microrganismos, preparando-os para voltarem ao meio ambiente, sem o danificar. A Central de Reciclagem foi autorizada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam) para a realização de suas atividades, contribuindo com o município na gestão do meio ambiente.

O município de Novo Hamburgo produz cerca de 150 toneladas de resíduos por dia, recolhidos pela Empresa Vega Engenharia Ambiental Ltda, que atua com o trabalho cooperativado dos recicladores. O lixo seco é separado e comercializado para as indústrias da região.

O órgão responsável pelo saneamento básico em Novo Hamburgo é a Companhia Municipal de Saneamento (Comusa). É através de um sistema de tratamento que cerca de 95% da área urbana recebe água potável. A companhia utiliza a água do Rio dos Sinos. O Sinos nasce no município de Carará, percorrendo 32 cidades até desaguar na cidade de Canoas. Segundo a classificação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), as porções médias e inferiores do Sinos estão na Classe 4, que representa um alto índice de degradação. Cerca de 70 milhões de litros de água em estado bruto são direcionados para a Estação de Tratamento de Água (ETA), onde a água chega para o processo de tratamento, em condições impróprias para o consumo humano. Por isso, são adicionados vários produtos químicos que removem as impurezas e eliminam os micróbios presentes na água bruta.

A água bruta passa por filtros e, após esse processo, é transportada para reservatórios. A reserva de água tratada, de 23.550m³, é colocada em 9 reservatórios, com capacidade superior a 1.000m³, 4 reservatórios com capacidade superior a 500m³ e 8 reservatórios de menor capacidade. No tratamento da água, são empregados, respectivamente, os produtos dióxido de cloro, para desinfecção, e o floculante orgânico de origem vegetal, à base de tanino, para floculação. No final do processo, a água é distribuída por canalizações, reservatórios e bombeamentos à cidade de Novo Hamburgo.

A Comusa disponibiliza relatórios mensais, apresentando a classificação da água e todos os seus reagentes. Os usuários podem ficar informados quanto ao processo de tratamento e qualidade da água.

Conforme todos os indicadores aqui apresentados, a Secretaria de Planejamento entende que desenvolvimento regional é parte da característica do município e da região, pois garante a sustentabilidade, fator este considerado para que haja desenvolvimento regional. Acredita-se que o desenvolvimento possa ser medido através do nível de educação e saúde e do próprio incentivo dos responsáveis.

O indicador mais importante considerado foi a dimensão social, em que se encontram indicadores de educação e de saúde. Atribuiu-se, também, um grau de importância à infra-estrutura de saneamento básico, condições de tráfego, habitação, entre outros fatores.

Partindo dessa reflexão sobre o desenvolvimento local pode-se obter controle do crescimento. Novo Hamburgo tem representação no Conselho de Desenvolvimento (Codes), que discute sobre dificuldades do município em conceder benefícios para as empresas.

CONCLUSÃO

Assim, os dados coletados através do Diagnóstico Municipal Situacional demonstraram que o município de Novo Hamburgo caracterizou-se pelo crescimento populacional no período de 1991 a 2005, de 25,10%, por oferecer mais oportunidades de emprego e renda. Na educação, os dados analisados apresentaram satisfatoriamente bons resultados, com uma taxa de analfabetismo que obteve 5,0% no período analisado, menor que a taxa do Estado. Conforme dados coletados no Ministério da Educação, quanto aos estabelecimentos e às matrículas, houve um crescimento significativo, o que evidenciou que o município preocupou-se com a questão da educação, criando políticas para melhoramento constante desse indicador. Segundo a Secretária de Planejamento, Mossmann, o município alcançou bons resultados através da EJA, colaborando, assim, para o desenvolvimento educacional, pois os investimentos educacionais foram além das metas planejadas.

No efetivo de professores, “o município está bem abastecido”, conforme comenta Mossmann (2006). Observou-se também na educação, que a tecnologia é um ponto com que a prefeitura preocupa-se e realiza projetos para aumento da informatização.

No programa de saúde foi criado o Programa do Bebê e Acompanhamento do Pré-natal o que permitiu uma valorização junto aos dados infantis e neonatais. Novo Hamburgo possui um hospital de responsabilidade exclusiva do município, cuja demanda cresce abundantemente e é foco permanente de preocupação da gestora.

O município também conta com um Pronto Atendimento (PA), servindo à comunidade 24 horas por dia e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), contendo médicos e enfermeiros. A maioria dos médicos foi contratado com vínculo público.

Quanto à economia do município, percebeu-se que o produto interno bruto tem uma taxa de crescimento significativa, se comparada com a Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos e com o Estado do Rio Grande do Sul. Uma determinante que poderá influenciar no crescimento ainda maior do PIB é a construção de uma fábrica-modelo que está sendo estudada através da prefeitura e a Abrameq, Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos, participando com maquinário moderno e realizando possíveis cursos profissionalizantes. Verificando sua posição no ranking, conforme a FEE, Fundação de Economia e Estatística, Novo Hamburgo apresenta o sétimo maior PIB do Estado.

No que diz respeito aos setores da economia, constatou-se que o setor terciário participa com uma maior fatia dos estabelecimentos, acompanhado do setor secundário e do primário. Identificou-se que, no ano de 2004, a maior remuneração média mensal do número de trabalhadores, foi no setor terciário 51,52%; no setor secundário 48,39%; e no setor primário 0,09%. Sobre os empregados, percebeu-se que o setor secundário é o que mais possui efetivo, tendo uma representação de 53,34%, acompanhado dos demais setores terciário e primário, sendo de 46,52% e 0,13%, respectivamente.

No cenário político do município, conforme analisado, a maioria dos eleitores é do sexo feminino, representando 58,84%, seguido de 48,16% masculino e 2,43% analfabetos.

Quanto ao meio ambiente, evidenciou-se consistência, apresentando projetos que beneficiam todos no município. O Conselho Municipal de Proteção ao Meio Ambiente (Compam), órgão superior do sistema, administra a implementação da política municipal nas questões ambientais. Existe uma total preocupação com o gerenciamento da destinação final do lixo doméstico e industrial, estudando novas áreas adequadas para a sua colocação. A questão do saneamento básico é responsabilidade da Comusa, a qual tem a atribuição de gerir o sistema de tratamento, em que cerca de 95% da área urbana recebe água potável. A água vem do Rio dos Sinos, sendo tratada por meio de produtos químicos, deixando-a própria para o consumo.

Com essa análise, pode-se inferir várias propostas para os gestores. O Diagnóstico Municipal Situacional pretendeu levantar dados e coletar informações junto aos gestores, de forma a colaborar com a análise de um município. Considerou-se importante apontar que alguns dados já estão

defasados frente à grande dinâmica global. Dados como educação, saúde, meio ambiente e número de eleitores passam por grandes variações em um período muito pequeno. Mesmo assim, com dados parcialmente defasados, o diagnóstico demonstra ser uma ferramenta de análise oportuna para o planejamento de políticas públicas a uma gestão que priorize o desenvolvimento local, buscando sustentabilidade.

Nos tempos atuais, faz-se necessário o diagnóstico situacional de um município, ou seja, uma fotografia para conhecer e obter dados nas áreas socioeconômica e político-ambiental, entre outras. Os esforços para criar um instrumento são pouco conhecidos pelos gestores públicos, porém mostram-se necessários face às políticas. A lógica dessa ferramenta de alto nível concentra-se na identificação das ações e é um pré-requisito para o desenvolvimento local.

É possível ressaltar, segundo Boiser (1996), que o desenvolvimento de um determinado município é alvo de maior preocupação junto às políticas governamentais e sua tendência é se voltar mais ao crescimento econômico. Para deixar de lado esse tipo de preocupação, seria indispensável alterar a estrutura dos processos e a forma do crescimento, pois, através de análises, observou-se que o desenvolvimento não é visto, mensurado apenas através de medidas econômicas. Boiser (1996) diz que as medidas econômicas servem como parâmetro para se basear no desenvolvimento, mas desde que acompanhadas por outras dimensões, como a social, a política e a ambiental.

Descrever a realidade de um determinado município compreende, portanto, o envolvimento de estudos de indicadores na área econômica, social, política, ambiental, entre outras como tecnológica, religiosa, cultural, podendo, assim, oferecer uma articulação geral para os gestores públicos. Seus elementos são indispensáveis para uma administração pública realizar uma proposta municipal rumo ao desenvolvimento de sua região.

Reforçando alguns conceitos, é bom lembrar que, segundo Sachs (2004), desenvolvimento é um termo estudado em muitas partes do mundo e tornou-se necessário revisar a idéia, com vistas a torná-lo mais operacional, enquanto se reafirma, mais do que nunca, a sua centralidade, para torná-lo algo conhecido diante da população.

Nos últimos anos, segundo Sachs (2004), os conceitos sobre desenvolvimento sofreram muitas mudanças, procedentes de grandes transformações ocasionadas pelas crises de muitas regiões, principalmente, no setor industrial. É difícil definir, porém fácil de reconhecer que o desenvolvimento não se adapta a formas simples. A sua variabilidade e complexidade determinam suas características. Como seria de se esperar, o conceito tem evoluído durante os anos, agrupando experiências positivas e negativas.

O conceito sobre o desenvolvimento regional, conforme Becker e Wittmann (2003), foi definido e entendido como sendo o espaço geográfico de cada território, bem como os meios necessários para alcançar esse status de reconstruir conceitos e metas, sabendo que jamais haverá fórmulas, métodos ou estratégias definidas que assegurem os resultados. Sachs (2004) contribui, quando afirma que o desenvolvimento regional traz consigo a promessa de tudo, com a modernidade como um todo, através das mudanças estruturais.

Outras visões teóricas abordadas sobre o desenvolvimento sustentável enfatizaram, junto aos estudos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), que o desenvolvimento sustentável “atende as necessidades do presente sem comprometer gerações futuras”, o que está adequado a esta pesquisa. Quanto ao modelo de diagnóstico, é importante ressaltar que não existe um modelo único, pois cada município pode estabelecer as dimensões com as quais deverá trabalhar, as que mais forem convenientes na hora em que será realizado o estudo. Essa escolha foi particular, conforme a necessidade de gerir políticas como base para planejar as ações.

Os municípios vêm demonstrando competência para, de fato, conhecer melhor sua própria região. Seria interessante que entidades públicas procurassem as universidades para, juntos, projetarem pesquisas de cunho científico e de extensão. Técnicos podem ser preparados para desenvolver esse tipo de atividade, com os diagnósticos situacionais e atualizados periodicamente, conforme períodos analisados pelos gestores públicos. É importante realizar pesquisas de campo, para fortalecer a coleta de dados secundários fornecidos pelas instituições competentes, quando se trata de dados municipais a serem estudados.

Nesta pesquisa existiram limites naturais referentes à abrangência das dimensões aqui investigadas, mas serviram de ponto de referência para novos estudos em outras áreas do conhecimento.

Notas

¹ Os Estados-membros são: Alemanha, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela (CEPAL, 2006).

- ² Valor das exportações FOB refere-se ao valor de venda das mercadorias exportadas, acrescido de todas as despesas assumidas pelo exportador até colocá-las a bordo, incluindo as taxas portuárias, de Previdência, da Comissão de Marinha Mercante e outras que incidem sobre o valor do frete.
- ³ Para se obter este resultado, pegou-se o total de exportação do ano de 2003 e dividiu-se pelo PIB nominal do mesmo ano, sendo transformado em dólar, pela taxa de câmbio correspondente ao período analisado.

Referências

- BECKER, D. F. (Org). *Redenep: a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional*. Lajeado: Ed. da Univates, 2000.
- BOISER, S. *Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector publico*. Santiago do Chile: ILPES/CEPAL, 1996.
- CALDAS, E. de L.; MARTINS, R. D'A. Desenvolvimento econômico local. In: PÓLIS: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. *Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras*. São Paulo: Pólis, 1997.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CAVALCANTI, C. et al. *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CEMAM: Secretaria do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.novo-hamburgo.rs.gov.br/sec/semam/sitesemam/paginas/coletaseletiva.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2006.
- CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/brasil/default.asp>>. Acesso em: 17 jul. 2006.
- CMMAD: Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1988.
- COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- DALLABRIDA, V. R. *O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2000, 152p.
- FEE: Fundação de Economia e Estatística. 2006.
- KOTLER, P.; HAIDER, D.; IRVING, H. *Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões. Estados e países*. São Paulo: M. Books. 1994.
- MS: Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>>. Acesso em: 21 jul. 2006.
- MTE: Ministério do Trabalho e Emprego. *Rais: Relação Anual de Informações Sociais*. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/rais/default.asp>>. Acesso em: 15 ago. 2006.
- MULLER, G. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F. (Org). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.
- OLIVEIRA, D. de P. R. de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 18. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2002.
- PNUD: Programa das Nações Unidas. *Atlas do desenvolvimento humano*. 2006. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>. Acesso em: ago. 2006.

SACHS, I. *Desenvolvimento*: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.
SCHUMPETTER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril, 1985.

Abstract: this article has as the main reason representing a situational municipal diagnostic, elaborated and delimited by indicatives allocated at the economic dimensions, social and political-ambientals. The technics selection took place through the primary data search, with the structured kind of interview, and from secondary data from different institutions, measured through frequencies, from the reason, the proportion, the percentage and from taxes. The research result was a municipal analysis model.

Key words: development, diagnostic, analysis model

ALBERTO DE SOUZA ROSSI

Mestre em Gestão Tecnológica: Qualidade Ambiental, pelo Centro Universitário Feevale – Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional. Bacharel em Administração de Empresas. Assistente de pesquisa.

MARGARETE PANERAI ARAÚJO

Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora-pesquisadora no Centro Universitário Feevale. Integrante do grupo de pesquisa de Estudos em Desenvolvimento Regional e da linha Desenvolvimento Regional e Globalização. Professora na Faculdade de Fátima, em Caxias no Rio Grande do Sul. Socióloga.